



Senado aprova estatuto voltado para pessoas de 15 a 29 anos

Plenário acatou ontem proposta para a juventude que garante meia-entrada em eventos culturais e esportivos, limitada a 40% dos ingressos e sem validade para Copa e Olimpíadas, e reserva de dois assentos gratuitos em ônibus interestaduais. Projeto segue agora para a Câmara

O Estatuto da Juventude, aprovado ontem em Plenário, trata dos direitos de cerca de 52 milhões de brasileiros, como acesso a educação, profissionalização, trabalho e renda. A proposta foi acatada na forma de substitutivo de Paulo Paim. Os senadores definiram no voto pontos polêmicos como a exclusão da meia-entrada na Copa e nas Olimpíadas; a limitação de ingressos de meia-entrada em outros eventos; e a oferta de assentos gratuitos aos jovens de baixa renda no transporte interestadual. **5**



Moreira/Mantz/Agência Senado

Com a presença nas galerias da Casa de artistas e lideranças juvenis de vários partidos, Senado aprova o Estatuto da Juventude, que vai para análise dos deputados

Relator de medida provisória destina R\$ 16,2 bilhões do petróleo para educação este ano **8**

Alckmin pede castigo mais rigoroso contra menor infrator **5**

Lúcia Vânia assume cargo de ouvidora-geral do Senado **2**

Vai à sanção código de conduta para servidores federais **6**

Senado mais aberto ao controle social **3**



Renan Calheiros cumprimenta os conselheiros na solenidade que instalou o Conselho de Transparência do Senado

Jonas Pereira/Agência Senado

Sob polêmica, MP dos Portos terá parecer apresentado hoje **6**

Em busca de consenso, relator faz nova proposta para ICMS único **7**

Especialistas sugerem Código Penal sem conceitos de informática **4**



Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado
Audiência pública sobre a situação dos povos indígenas no Brasil



18 de abril | 8h30
Plenário 2 | Ala Nilo Coelho | Anexo 2
Bloco A | Senado Federal

Lúcia Vânia assume posto de ouvidora-geral do Senado e afirma que pretende tornar a Ouvidoria mais conhecida entre senadores, servidores, órgãos da administração pública e cidadãos

Nova ouvidora quer maior participação popular

AO TOMAR POSSE ontem como ouvidora-geral do Senado, Lúcia Vânia (PSDB-GO) afirmou que o principal desafio será consolidar a Ouvidoria como um instrumento de participação popular, de exercício da cidadania e de controle social. O plano da senadora inclui tornar a Ouvidoria mais conhecida entre senadores, servidores, cidadãos e órgãos da administração pública.

Entre as ações previstas para o período 2013-2014, está a ampliação da rede de contato entre as ouvidorias de órgãos públicos para a troca de experiências e informações. Atualmente, a Ouvidoria do Senado mantém parceria com as Ouvidorias da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União.

— Vamos criar mecanismos para encorajar o cidadão a falar cada vez mais, pois queremos e precisamos ouvir o que ele tem a dizer — disse a ouvidora.

A senadora informou que já está funcionando um telefone para atendimento ao público — (61) 3303-1791.

Primeira mulher a ocupar o cargo, Lúcia Vânia sucede Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Ela foi indicada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, que ressaltou a experiência da parlamentar.

— O perfil, a experiência e a competência da senadora Lúcia Vânia nos dão a tranquilidade de que ela é a pessoa talhada para este novo



Ao lado de Renan Calheiros, Lúcia Vânia toma posse como ouvidora do Senado

momento do Senado. Com o trabalho da senadora, poderemos construir uma sociedade mais humana, democrática e participativa — disse.

A escolha de uma mulher para o cargo, na avaliação da senadora, representa a preocupação da Casa com a promoção da diversidade de gêneros:

— O seu ato representa a defesa e a valorização dos direitos das mulheres e a promoção da diversidade de gêneros. Sabemos que grupos mistos, com mulheres e homens trabalhando lado a lado, apresentam melhores resultados em prol do bem comum.

Manifestações

Além de dar encaminhamento às sugestões, denúncias, elogios e pedidos de informações da sociedade, tendo até 30 dias para respondê-las, cabe à Ouvidoria

sugerir mudanças visando ao controle social e ao aperfeiçoamento da organização do Senado.

Para o exercício das funções, o ouvidor tem a prerrogativa de solicitar informações ou cópias de documentos a qualquer órgão ou servidor do Senado, ter vista de quaisquer documentos necessários à realização das atividades e requerer ou sugerir investigações, quando cabíveis.

Nos últimos dois anos, a Ouvidoria recebeu 5.632 manifestações, que chegaram por meio de portal próprio, do serviço Alô Senado (0800 612211) e por carta.

Ouvidoria

Senado Federal
Praça dos Três Poderes,
Palácio do Congresso, Anexo 2,
Bloco A, Térreo, Sala da Ouvidoria,
Brasília-DF — CEP 70165-900
www.senado.leg.br/ouvidoria
Tel. (61) 3303-1791

Suplicy: Rosiska na ABL é conquista das mulheres



Eduardo Suplicy (PT-SP) registrou satisfação com a eleição de Rosiska Darcy de Oliveira para a Academia Brasileira de Letras, chamando a atenção para o avanço da visão da realidade humana do ponto de vista feminino. Ele comparou o reconhecimento a uma “feminista de primeira hora” e a “regressão aos valores masculinos de violência e morte” representado pelas explosões ocorridas na Maratona de Boston (EUA), segunda-feira.

— Os dois acontecimentos, opostos, nos fornecem dados sobre as relações humanas: as relações de alegria e progresso da condição da mulher; e o outro, que deve ter sido um sinal de intensificação da violência nos Estados Unidos — declarou.

Para Suplicy, a ascensão das mulheres ao poder é fundamental para a mudança do pensamento sobre as desigualdades e para a contestação do legado da “relação opressor-oprimido vivida nos últimos 10 mil anos”.

Rolleberg critica projeto sobre partidos



O projeto que inibe a criação de novos partidos e restringe o acesso das legendas que não disputaram eleições ao tempo de propaganda na TV e aos recursos do Fundo Partidário foi criticado por Rodrigo Rolleberg (PSB-DF). O senador classificou

o projeto (PL 4.470/2012), em discussão na Câmara, como um “casuismo eleitoral” e um “atentado à democracia”.

Rolleberg lembrou que o PSD, criado nesta legislatura (2011), contou com o apoio de vários partidos e conseguiu junto ao Supremo Tribunal Federal o direito de ampliar o acesso ao tempo de TV e ao Fundo Partidário correspondente aos deputados que migraram para a legenda e à votação que obtiveram.

— Nós não podemos retirar o direito da ex-senadora Marina Silva, porque representa uma parcela do pensamento nacional que foi expresso numa bela votação nas últimas eleições — defendeu.

Senado restaura simbolicamente o mandato de Luiz Carlos Prestes

O Senado aprovou ontem projeto de resolução que devolve simbolicamente o mandato de senador ao líder comunista Luiz Carlos Prestes, falecido em 1990.

De autoria de Inácio Arruda (PCdoB-CE), a proposição (PRS 4/2012) declara nula resolução da Mesa do Senado de 9 de janeiro de 1948, que extinguiu o mandato de Prestes e do suplente dele, Abel Chermont.

Eleito em 1945 pelo Partido Comunista do Brasil com a maior votação proporcional da história brasileira até então, Prestes teve o mandato extinto pela Mesa após o Tribunal Superior Eleitoral cancelar o registro do partido em 1947.

Inácio Arruda considerou inconstitucional a decisão da Mesa, uma vez que a Constituição de 1946 garantia o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. Antonio Carlos Valadares

(PSB-SE) fez relatório favorável ao projeto.

Vários senadores defenderam a aprovação, como Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Aloysio Nunes (PSDB-SP), João Capiberibe (PSB-AP), Humberto Costa (PT-PE), Lídice da Mata (PSB-BA), Jorge Viana (PT-AC), Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Renan Calheiros (PMDB-AL).



Prestes foi eleito em 1945 e perdeu o mandato em janeiro de 1948

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Medidas provisórias

14h Pauta trancada pela MP 589/2012, sobre dívidas dos estados com a Previdência Social, e pela MP 594/2012, que amplia financiamento em programa do BNDES.

PRESIDÊNCIA Reunião da Mesa

11h Renan Calheiros preside reunião da Mesa; às 14h30, participa de reunião com os presidentes das comissões da Casa; e, às 16h, preside a ordem do dia.

CE Energia eólica

7h30 Debate sobre vantagens da energia eólica como alternativa na geração energética. A segunda parte da reunião vai apreciar projetos de lei e requerimentos de outras audiências públicas.

CDH Violência no campo

8h Os conflitos agrários serão tema de debate. Entre os convidados, está o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Alberto Ercílio Broch.

CDR Livre comércio

9h A comissão analisa o projeto que cria área de livre comércio em Santarém (PA) e o que cria obrigações de universalização de serviços de telecomunicações específicas para localidades da Amazônia Legal.

CAS Multas de trânsito

9h Na pauta da Comissão de Assuntos Sociais, projeto que altera o Código de Trânsito Brasileiro e a Lei Orgânica da Saúde para destinar ao SUS 30% da receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito.

CCJ Voto majoritário

10h A comissão examina a proposta que institui o voto majoritário em municípios com mais de 200 mil eleitores e a que torna competência privativa do Senado a decisão sobre tratados, acordos ou atos internacionais.

CE Ministra da Cultura

10h A ministra da Cultura, Marta Suplicy, fala na Comissão de Educação, Cultura e Esporte sobre as prioridades da pasta.

REGIMENTO COMUM Relator

10h A Comissão Mista de Reforma do Regimento Comum do Congresso ouve o senador Lobão Filho, relator da proposta de reforma.

CCAI Espionagem

15h O ministro do Gabinete de Segurança Institucional, José Elito Carvalho Siqueira, fala na Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência sobre denúncias de uso da Abin para monitorar portuários.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, às **7h30**, **audiência pública da Comissão de Infraestrutura** e, às **9h**, **reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo**. Às **14h**, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

Representantes de entidades como Transparência Brasil e Instituto Ethos integram novo conselho instalado ontem, com o qual o Senado se abre a maior controle social

Senado busca ser modelo de transparência

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, participou na tarde de ontem, no Salão Nobre do Senado Federal, da cerimônia de instalação do Conselho de Transparência e Controle Social do Senado e de posse dos novos conselheiros.

Como representantes do Senado, tomaram posse o diretor da Secretaria da Transparência, Carlos Mathias; a diretora da Secretaria de Informação e Documentação, Edilenice Passos; o diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social, Davi Emerich; e o diretor da Subsecretaria de Pesquisa e Opinião, Gilvan Andrade.

Carlos Mathias será o presidente do conselho, que também tem como representantes da sociedade civil o presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Maurício Azêdo; o diretor da ONG Transparência Brasil, Claudio Abramo; e o diretor-presidente do Instituto Ethos, Jorge Abrahão. Maurício Azêdo foi representado no evento pelo vice-presidente da ABI, Tarcísio Holanda.

Para Renan, o conselho atende o pensamento da Mesa do Senado e os anseios da sociedade brasileira. Ele disse que, com as medidas implementadas, toda a sociedade terá “absoluto controle” dos gastos do Senado.

Renan afirmou que a Casa tem trabalhado em busca da transparência e da eficiência e que o conselho terá papel importante no processo. O presidente disse que todo esforço será feito para que os frutos venham rapidamente e acrescentou que o conselho poderá contar com o apoio da



Renan Calheiros (de pé, à dir.) destaca a importância do controle social para construção de um país justo e democrático

Mesa e dos servidores.

Na visão de Renan, somente com a garantia de transparência e de controle social será possível construir um país mais justo e democrático. Ele disse que o Senado quer ser a instituição número um em transparência na administração pública do Brasil.

— Transparência pela metade não é transparência. A verdade é fruto do tempo e

da nossa vontade — declarou.

Renan Calheiros ressaltou ainda que o Senado vem buscando a transparência não só nos procedimentos internos, mas também na legislação.

— Ainda este semestre começa a valer uma lei que este Senado formulou e aprovou. Sinto-me honrado em ter proposto a lei que determina que o peso dos impostos seja conhecido dos cidadãos na

nota fiscal. Trata-se de um grande passo rumo à cidadania e à transparência — frisou.

Audácia

Renan Calheiros elogiou ainda as iniciativas de José Sarney (PMDB-AP), seu antecessor, de dar transparência às atividades do Senado.

— Antes mesmo da Lei de Acesso à Informação entrar em vigor, em 2012, o Senado

já contava com o Portal da Transparência, criado em 2009 por José Sarney — ressaltou.

Para o diretor da Secretaria de Comunicação Social, Davi Emerich, a criação de veículos de comunicação no Senado e a instalação da Secretaria da Transparência e do Conselho de Transparência mostram a audácia e o compromisso com a verdade por parte do Senado.

— Daremos toda a nossa capacidade para que o Senado seja cada vez mais transparente e próximo da sociedade.

Para o presidente do conselho, Carlos Mathias, a instalação do colegiado tem especial importância, pois vai tratar da questão da transparência. Ele elogiou os conselheiros representantes da sociedade e disse que o conselho vai contar com entidades emblemáticas.

— O Senado se abrir para a sociedade é algo extraordinário. Com a criação do conselho, o Senado está institucionalizando a transparência — afirmou Mathias.

Órgão consultivo da Presidência do Senado, o conselho irá debater e propor ações que disseminem o acesso à informação pública, nortear a formulação de políticas de transparência e controle social sobre os atos do Senado e sugerir projetos prioritários sobre esses temas.

A instalação do conselho ocorre sem custos adicionais para os cofres públicos e os integrantes não terão remuneração. Nos últimos dois meses, já foram anunciados por Renan Calheiros cortes que devem gerar economia de R\$ 300 milhões em dois anos.

Pioneiro na divulgação de informações

O Senado tem sido pioneiro em ações em favor da transparência na divulgação dos gastos públicos e das atividades parlamentares.

Quando a Lei de Acesso à Informação entrou em vigor, em maio de 2012, o Senado já contava com o Portal da Transparência, criado em 2009. Nele eram então disponibilizadas informações

com dados abertos sobre recursos financeiros e registro de despesas, em formato aberto, no Siga Brasil.

Antes, em 1996, o Senado estruturou um sistema de comunicação, que abriu ao cidadão, ao vivo, pela TV Senado, os trabalhos e os discursos dos senadores.

O Portal do Senado, criado em 1995, foi também dos

primeiros sites públicos disponibilizados no país. A cada mês, 1,3 milhão de consultas são feitas ali.

Em fevereiro deste ano, foi criada a Secretaria da Transparência, cuja atribuição principal é promover e fortalecer medidas destinadas ao fomento da transparência, da participação popular e do controle social.

Capiberibe aponta avanço para a democracia

Na instalação do Conselho de Transparência, João Capiberibe (PSB-AP) disse que os mecanismos de controle são “como espelhos para a sociedade” e considerou que o Senado está na vanguarda dos processos de controle social.

— A criação do conselho é um avanço para a democracia brasileira — comemorou.

O senador assinalou que a sociedade brasileira vem amadurecendo os processos de transparência e controle social e citou a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000) e a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011) como exemplos. Também destacou a Lei Complementar 131/2009, da qual é o autor, que determina que todos os entes públicos devem expor na internet, em tempo real, as receitas e despesas.



Capiberibe cita lei de autoria dele que expõe receita e despesa públicas

Para Tarcísio Holanda, da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a criação do conselho é um passo do Senado na direção da sociedade.

De acordo com o diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social, Davi Emerich, na época da publicação da

Lei de Acesso à Informação, o Senado já cumpria cerca de 90% das determinações. Ele explicou que o conselho não tem poder de decisão, mas de aconselhar, apontar caminhos, elaborar relatórios e trazer novas informações.

— O conselho tem a competência de trazer a sociedade para dentro do Senado — disse.

O conselheiro Claudio Abramo, da ONG Transparência Brasil, questionou a transparência das agendas e das reuniões dos senadores, os custos e os destinos das viagens e os recursos gastos com funcionários nos gabinetes em Brasília e nos estados.

— Como os senadores votam? Isso também precisa ser publicado. Se não conseguirmos incomodar a Mesa e os senadores, não estaremos cumprindo nossa função.

Conselho de Transparência

Veja os perfis dos representantes da sociedade civil



► **Maurício Azêdo**, carioca de 78 anos, advogado e jornalista, preside a ABI desde 2004. Começou a carreira em jornais comunistas. Trabalhou no *Jornal do Commercio*, *Jornal do Brasil*, *Estadão* e *Folha de S.Paulo* e na revista *Manchete*, atuando como repórter, redator, cronista e editor. Nos anos 70, colaborou com jornais de resistência à ditadura.



► **Claudio Abramo**, um dos criadores e diretor-executivo da Transparência Brasil, organização autônoma, comprometida com o combate à corrupção e a transparência dos gastos públicos — que, como a política, são temas recorrentes de seus artigos e ensaios publicados na imprensa, em papel e meio eletrônico. De 2005 a 2009 foi colunista do portal iG.



► **Jorge Abrahão**, engenheiro e empresário, tem 56 anos e é o terceiro diretor-presidente do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Também atua como membro do Global Compact da ONU, do Conselho Internacional do Fórum Social Mundial, da Rede Nossa São Paulo e do Conselho do Instituto Akatu pelo Consumo Consciente.

Saiba quem são os integrantes do Senado

- **Carlos Mathias**, diretor da Secretaria da Transparência do Senado
- **Edilenice Passos**, diretora da Secretaria de Informação e Documentação
- **Davi Emerich**, diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social
- **Gilvan Andrade**, diretor da Subsecretaria de Pesquisa e Opinião

Código Penal não precisa de conceitos de informática, afirmam debatedores

Participantes de audiência alertam para o risco de lei “engessar” tipificações de crimes num setor em que a tecnologia muda a cada dia

NA AUDIÊNCIA PÚBLICA da Comissão Temporária da Reforma do Código Penal, ontem, profissionais de Direito divergiram sobre a necessidade de definir conceitos de informática na legislação. A comissão analisa o Projeto de Lei do Senado (PLS) 236/2012, apresentado por José Sarney (PMDB-AP) a partir de anteprojeto feito por juristas.

O professor Túlio Vianna, da Universidade Federal de Minas Gerais, disse que o projeto traz quatro definições de conceitos, mas usa apenas

duas na tipificação dos crimes. Ele sugeriu retirar os conceitos do texto, pois considera mais adequado que isso seja feito pela jurisprudência.

Respondendo a Pedro Taques (PDT-MT), relator da comissão, Vianna opinou que não se pode punir o site Wikileaks pela divulgação de informações sigilosas, desde que elas tenham sido obtidas licitamente. Para ele, quem repassa as informações sigilosas é que deve ser punido.

— O resto é liberdade de informação e de ser informado.

A procuradora federal Melissa Blagitz de Abreu e Silva disse que as definições de conceitos previstas no projeto são muito semelhantes às constantes da Convenção de Budapeste. Na opinião dela, isso é importante porque crimes de informática ultrapassam fronteiras.

Brasil preparado

O delegado Carlos Miguel Sobral, chefe do Serviço de Repressão a Crimes Cibernéticos da Polícia Federal, também opinou que as definições deveriam ser consolidadas pela

jurisprudência, e não pela lei. Argumentou que “engessar” as tipificações não é aconselhável num setor em que a tecnologia muda dia a dia.

Em resposta a Taques, Sobral garantiu que o Brasil está preparado para um ataque informático. Ele informou que a Polícia Federal tem hoje um Centro de Segurança Cibernética com grupos operacionais atuantes em 15 estados. Segundo Sobral, esses grupos deverão ser transformados em delegacias, mas é preciso uma lei autorizando a mudança.



Os senadores Pedro Taques e Jorge Viana ouvem o professor Túlio Vianna defender o site Wikileaks, ao lado do programador Pedro Markun e do delegado Carlos Sobral

Para programador, prioridade deve ser o marco civil

Representando a organização Transparência Hacker, que reúne mais de mil hackers de todo o país, Pedro Markun disse que, antes da votação do Código Penal, é preciso aprovar o Marco Civil da Internet, que aguarda votação na Câmara. O programador afirmou que o Código Penal deve ser orientado para o

que interessa à sociedade, e não para o que interessa “a delegados e advogados”.

Markun reclamou que a Lei 12.737/2012, conhecida como Lei Carolina Dieckmann, teve um debate restrito, sem participação da sociedade. A lei foi criticada pela procuradora Melissa, o que levou Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) a

lembrar que um requerimento de urgência retirou o projeto da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para votação direta no Plenário.

— Foi aprovado às pressas, sem exame elaborado. Isso tem de servir de lição, a CCJ existe para isso — afirmou Aloysio.

Markun disse que os parlamentares têm de se familiarizar

mais com a internet. “Enquanto os congressistas não usarem a internet para entender o que se perde quando se criminaliza algumas práticas, não vamos construir um bom Código Penal”. Já o vice-presidente da comissão que analisa o código, Jorge Viana (PT-AC), confessou ser “um pouco analfabeto” no assunto.

Projeto aperfeiçoa Lei Carolina Dieckmann, diz procuradora



Melissa explica que a lei com o nome da atriz não criminaliza furto de fotos

Melissa enalteceu alguns pontos do projeto. Para ela, o texto é um avanço maior que a Lei Carolina Dieckmann, porque determina punição para quem produz, vende ou tem a posse de programa para invasão de sistema informático. Hoje, a lei pune apenas quem produz o programa, o que gera dificuldades porque as quadrilhas são segmentadas.

A procuradora observou que o projeto corrige outro problema na lei batizada com o nome da atriz: paradoxalmente, a

obtenção das fotos no computador de Carolina Dieckmann não poderia ser considerada crime, já que a lei não prevê fotos entre os conteúdos protegidos.

O professor Vianna sugeriu melhor definição de lucro indireto com a cópia de trabalho protegido por direito autoral. Ele citou como exemplo o funcionário da loja que copia o livro: ele estaria tendo um lucro indireto com a cópia.

Vianna alertou para o artigo que proíbe a modificação da

obra intelectual sem autorização do autor. Ele citou trecho do filme *A Queda*, sobre os últimos dias de Adolf Hitler, que foi muito usado no Brasil para tratar, com humor, de temas nacionais.

— Não podemos deixar que direitos autorais sejam inibidores da criatividade — disse.

Na opinião do professor, direito autoral não pode ser empecilho para a divulgação do trabalho intelectual e é preciso cuidado para não criminalizar o leitor ou o fã.

Presidente do TST pede votação da PEC que inclui tribunal na cúpula da Justiça

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Carlos Alberto Reis de Paula, pediu ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, agilização da análise da Proposta de Emenda à Constituição 32/2010. A PEC

explicita que o TST integra os órgãos de cúpula do Poder Judiciário.

— Do ponto de vista constitucional, técnico, o TST não consta como órgão do Poder Judiciário. É a mera correção de um descuido

do constituinte à época. O TST é um tribunal superior e tem que ter o mesmo trato que os demais — justificou o ministro, que na visita ao Senado esteve acompanhado do vice-presidente do TST, ministro Antonio José de

Barros Levenhagen.

Aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em 2010, a PEC aguarda desde então inclusão na ordem do dia do Plenário, onde será examinada em dois turnos de votação.

Paim quer que Congresso fortaleça defensorias públicas

Paulo Paim (PT-RS) lamentou a falta de defensores públicos em discurso no Plenário ontem. Ele citou dados de pesquisa do Ipea de que em 72% das comarcas brasileiras não há profissionais da carreira.

O senador defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 247/2013, que obriga todas as comarcas brasileiras a organizarem defensorias públicas num prazo de oito anos. Paim também pediu aos parlamentares que derubem o veto presidencial ao Projeto de Lei Complementar (PLP) 114/2011, que regulamenta a autonomia financeira das defensorias públicas dos estados.

Souza discute Raposa Serra do Sol com presidente do Supremo

Sérgio Souza (PMDB-PR) se reuniu no início da noite de ontem, ao lado de outros senadores, com o presidente do Supremo



Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, para discutir os desdobramentos do julgamento da demarcação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.

— Nós solicitamos a audiência com o ilustre ministro Joaquim Barbosa porque entendemos que a indefinição sobre o tema tem causado grande tensão no campo — explicou.

Atentado em Boston exige atenção do Brasil, alerta Cyro

Cyro Miranda (PSDB-GO) apresentou ontem solidariedade às vítimas do atentado na Maratona de Boston, segunda-feira. Segundo ele, o atentado exige atenção das autoridades brasileiras, visto que o país sediará eventos esportivos mundiais nos próximos anos.



Apesar de as operações de prevenção a atentados serem sigilosas, é preciso que o governo brasileiro apresente ao Congresso explicações sobre o planejamento das operações voltadas à Copa do Mundo e às Olimpíadas, ressaltou o senador.

Senado aprova Estatuto da Juventude e gratuidade em ônibus interestadual

Retorna agora para a Câmara do Deputados texto sobre direitos das pessoas de 15 a 29 anos, que também garante meia-entrada em eventos culturais e esportivos, limitada a 40% dos ingressos

O ESTATUTO DA Juventude (PLC 98/2011), que estabelece direitos para pessoas de 15 a 29 anos, foi aprovado na noite de ontem pelo Plenário do Senado. Com 48 artigos, a proposta assegura à população dessa faixa etária — cerca de 52 milhões de brasileiros — acesso a educação, profissionalização, trabalho e renda. Determina também a obrigatoriedade de o Estado manter programas de expansão do ensino superior, com oferta de bolsas de estudo em instituições privadas e financiamento estudantil. A matéria agora retorna à Câmara dos Deputados.

Com a presença nas galerias de lideranças juvenis de quase todos os partidos e artistas como a atriz Beatriz Segall, os senadores definiram no voto os pontos que ainda se mantinham polêmicos na proposta: a manutenção da meia-entrada para eventos da Copa das Confederações, Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016; o limite de ingressos de meia-entrada para eventos culturais e oferta de assentos gratuitos aos jovens de baixa renda no transporte interestadual.

— Conversamos muito, dialogamos muito, buscamos uma construção que representasse a vontade da maioria. Sobre o que não foi possível ter consenso, decidimos no voto, de forma democrática — afirmou Paulo Paim (PT-RS), autor do substitutivo.

O texto aprovado cria duas estruturas institucionais para serem responsáveis por políticas públicas voltadas



Plenário do Senado aprova substitutivo de Paulo Paim à proposta da Câmara

aos jovens: a Rede Nacional de Juventude, para fortalecer a interação de organizações formais e não formais de juventude, e o Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve) com os respectivos subsistemas, cujos financiamento, composição e atividades serão regulamentados pelo Executivo.

A proposta votada no Senado ainda assegura aos estudantes que comprovarem renda familiar de até dois salários mínimos, a ocupação de dois assentos de forma gratuita em ônibus interestaduais. Depois de esgotadas essas duas vagas, o jovem de

baixa renda terá direito a dois lugares com desconto de 50%.

A aprovação da proposta foi comemorada por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Ana Rita (PT-ES), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Sérgio Souza (PMDB-PR), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Eduardo Lopes (PRB-RJ), Aécio Neves (PSDB-MG) e José Agripino (DEM-RN). Já o líder do PSDB, Aloysio Nunes (SP), afirmou que, aos 29 anos, o brasileiro já votou, tem responsabilidade penal, pode ser eleito vereador, prefeito e deputado, e não há necessidade de o Estado estender seu “manto protetor” até essa parcela da população.

Moreira Moutz/Agência Senado

Meia-entrada não valerá para Copa

O tema mais discutido durante a votação do Estatuto da Juventude foi a concessão da meia-entrada em eventos culturais e esportivos. Pelo aprovado em Plenário, o benefício ficou garantido aos estudantes e aos jovens de família de baixa renda (com renda mensal de até dois salários mínimos). A exigência foi incluída por emenda de Wellington Dias (PT-PI).

A concessão da meia-entrada, porém, terá limites. Os senadores aprovaram emenda de Ana Amélia (PP-RS) e Cyro Miranda (PSDB-GO) que define o máximo de 40% do total para venda de ingressos pela metade do valor em espetáculos artísticos.

Segundo Ana Amélia, os artistas, principalmente os do teatro, reivindicaram o limite como forma de impedir um decréscimo grande na arrecadação dos espetáculos. Eles justificaram que, com a dificuldade de captação de patrocínios, é a bilheteria que remunera todos os profissionais envolvidos na atividade.

A meia-entrada não valerá para a Copa das Confederações, Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016, apesar dos protestos do relator nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Educação, Cultura e Esporte (CE), Randolfe Rodrigues.

Mozarildo pede ações para educação e saúde dos jovens

As políticas públicas para a juventude deveriam prevenir situações ruins, disse ontem Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para ele, a prevenção, especialmente por meio da educação dos jovens, é o caminho para a formação de adultos úteis à sociedade.

— Nossa juventude deve ter não só direito à meia-entrada, mas, principalmente, à condição de poder estudar, de ter saúde, de ter lazer e, sobretudo, à garantia de que o governo não vai esperar a pessoa delinquir para depois agir — disse o senador.

Venda de álcool a menor deve ser crime, diz Humberto Costa

Humberto Costa (PT-PE) comemorou a aprovação pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) de projeto de autoria dele (PLS 508/2011) que torna crime a venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

O senador ressaltou que o número de usuários de bebidas alcoólicas tem crescido e que o consumo excessivo traz problemas para a saúde e para a sociedade.

A proposta sugere de dois a quatro anos de prisão para quem vender, fornecer, servir ou entregar bebida alcoólica para crianças ou adolescentes.

Ângela anuncia caravana contra trabalho infantil

Ângela Portela (PT-RR) disse ontem que Roraima sediará a abertura dos trabalhos da Caravana Norte contra o Trabalho Infantil, prevista para maio.



Waldemir Barreto/Agência Senado

O Censo de 2010 do IBGE classifica o estado como o quinto em registros de trabalho infantil.

Haverá audiências públicas nos municípios que apresentaram altos índices de trabalho infantil: Alto Alegre, Bonfim, Normandia, Pacaraima, Rorainópolis e Uiramutã.

A senadora lembrou que Brasília receberá, em outubro, a 3ª Conferência Global sobre Trabalho Infantil.

Alckmin propõe castigo mais duro a menor infrator

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, propôs ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabeleça mais rigor na punição de menores que cometem crimes hediondos. Antes, o governador já havia se encontrado com o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves.

— O ECA é uma boa lei, protege as crianças e os adolescentes, mas não responde aos casos mais graves. A impunidade estimula a atividade delituosa — argumentou.

Alckmin informou que a proposta apresentada ao Congresso amplia o tempo de internação em instituições de ressocialização, de três para



Jonas Pereira/Agência Senado

O governador de SP, Geraldo Alckmin, que se reuniu com Renan Calheiros

oito anos, nos casos de crimes mais graves. Também cria o regime especial de atendimento, separando dentro da instituição os infratores que completarem 18 anos dos menores de idade.

Pela proposta, serão enquadrados no regime especial os

jovens que cometem crimes hediondos — como homicídio, latrocínio e estupro — e completam 18 anos durante a internação. Também podem ser transferidos para o regime especial aqueles que, depois de completar 18 anos, se envolvem em motins e rebeliões e causem destruição do patrimônio público.

O governador de São Paulo disse que a receptividade ao projeto tem sido ótima. Ele explicou que a proposta é fruto de longos anos de estudo e ressaltou que as mudanças não incluem a redução da maioria penal, não sendo necessária alteração na Constituição.

— O projeto está bem maduro e vem ao encontro dos

anseios da sociedade — disse.

Renan avaliou que a proposta é muito boa porque aponta caminho para resolver um problema sobre o qual a sociedade tem debatido muito, que é a situação de menores que cometem crimes graves ou são reincidentes.

— A proposta vai tramitar com prioridade. É um compromisso que eu assumi com o governador — disse Renan.

O debate sobre o endurecimento da pena dada a jovens infratores voltou à tona depois da morte do estudante Victor Hugo Deppman, de 19 anos, na semana passada, em um assalto em São Paulo. No dia do crime, o suspeito de matá-lo estava a três dias de completar 18 anos.

Relatório da MP dos Portos poderá ser votado hoje

Proposta do governo quer atrair investimentos, mas encontra resistência entre trabalhadores. Senador questiona efeitos retroativos

O RELATOR DA Medida Provisória 595/2012 (MP dos Portos), Eduardo Braga (PMDB-AM), deve apresentar hoje o parecer à comissão mista que analisa o texto. Braga pretendia apresentar o texto na semana passada, mas não conseguiu intermediar um acordo entre empresários e o governo.

Em protesto contra a MP, trabalhadores dos portos convocaram uma greve de 24 horas para quinta-feira. Eles dizem temer consequências como redução dos postos de trabalho, achatamento salarial e perda de direitos. A medida também é vista com ressalvas por alguns estados, que reclamam da perda de autonomia — caso de Pernambuco, onde funciona o Porto de Suape.

A medida provisória estabelece um novo marco regulatório para o setor portuário. De acordo com o governo, o objetivo é dar mais competitividade ao segmento, para permitir uma ampliação de investimento que crie condições de movimentar 2,26 bilhões de toneladas de carga



Braga, relator da MP, teve dificuldades em conseguir acordo

em 2030.

Roberto Requião (PMDB-PR) voltou a denunciar ontem uma suposta manobra do governo federal para atrasar um julgamento do TCU sobre a possibilidade de tribunais portuários privativos movimentarem carga pública sem licitação.

Processo no TCU

O senador pediu o encaminhamento dos documentos com dados sobre o tema à Procuradoria-Geral da União e ao Conselho de Ética da Presidência da República.

Segundo Requião, o processo no TCU era contra quatro terminais privativos que operavam em desacordo com as regras vigentes, reiteradamente confirmadas até então. O processo seria julgado



Roberto Requião voltou a denunciar manobra do governo federal

em novembro de 2012, mas, segundo Requião, foi retirado de pauta a pedido da ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, o que, de acordo com o senador, parece “pouco usual e não legal”.

Poucos dias depois, em 6 de dezembro, foi editada a MP dos Portos, que mudou as regras e, segundo o senador, beneficiou os terminais cuja operação estava sendo questionada. Em fevereiro deste ano, o tribunal julgou improcedente o processo, sob o argumento de que a operação dos tribunais teria se tornado legal com a edição da MP.

— Como se uma medida provisória pudesse mudar a Constituição antes mesmo de ser convertida em lei e ser tornada definitiva no Congresso — ironizou o senador.

Aprovadas regras de conduta para servidor

O Plenário do Senado aprovou ontem o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 26/2012, de autoria do Poder Executivo, que estabelece regras de conduta para os funcionários públicos federais. A proposta chegou ao Plenário com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde foi aprovada em março. Agora o projeto será encaminhado à sanção presidencial.

Pelo projeto, os detentores de cargo ou emprego público federal deverão obedecer a uma série de regras no intuito de resguardar informação

privilegiada e prevenir ou impedir conflitos de interesses. As regras deverão ser obedecidas pelos servidores de alto escalão durante e após o exercício da função. A proposta foi relatada na CCJ pelo senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e teve a urgência aprovada na comissão a pedido do senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Os altos dirigentes do governo federal ficarão obrigados a divulgar a agenda de compromissos públicos diários pela internet. Qualquer desvio enquadrado pelo PLC 26/2012 levará o agente

público federal a responder por improbidade administrativa (Lei 8.429/1992) e a se sujeitar às penas do Estatuto do Servidor Público Federal (Lei 8.112/1990). Todos terão de responder por eventuais desvios perante a Comissão de Ética Pública (CEP).

“O projeto nos parece relevante, haja vista o seu objetivo de regular competências e situações de conflito de interesses e acesso a informação privilegiada para ocupantes de cargos e empregos na administração pública federal”, afirmou o relator na CCJ.

Senado aprova acordo com a Alemanha em questões de defesa

O Plenário do Senado aprovou acordo firmado entre o Brasil e a Alemanha sobre cooperação em defesa, assinado em 2010. A cooperação poderá envolver treinamento, operações militares, pesquisa e desenvolvimento, aquisição de produtos e serviços de defesa e apoio logístico.

Examinado por meio de projeto de decreto legislativo

(PDS 32/2013), o acordo permite incluir compartilhamento de conhecimentos sobre prevenção de conflitos internacionais e operações de gerenciamento de crises.

O acordo, já ratificado pela Câmara, foi aprovado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado na semana passada. A matéria vai à promulgação.

Recondução de diretor da Agência Nacional de Águas passa em comissão

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou a recondução do geólogo Paulo Lopes Varella Neto à direção da Agência Nacional de Águas (ANA).

Durante a sabatina na comissão, ontem, Paulo Varella Neto apontou como principal desafio na regulação dos recursos hídricos a montagem de uma articulação eficiente entre União e estados.

— O desenvolvimento da economia brasileira depende da boa governança das águas e isso depende do fortalecimento dos sistemas estaduais de recursos hídricos

— afirmou o geólogo.

Como realizações na agência reguladora, Varella Neto ressaltou a implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens e os trabalhos de regulação e fiscalização da política de irrigação. Citou também a adoção de marcos regulatórios inéditos no controle das bacias, o que gerou uma arrecadação superior a R\$ 150 milhões pelo uso do potencial hídrico.

Varella Neto ocupa o cargo de diretor da ANA desde 2009. Depois da aprovação da CMA, a recondução será votada pelo Plenário do Senado.

Davim pede ações definitivas contra a seca



Waldemir Barreto/Agência Senado

Paulo Davim (PV-RN) cobrou ontem em Plenário ações de médio e longo prazo dos governos

estaduais e federal para que a população do semiárido possa conviver com a seca.

Davim lamentou a situação em que se encontram os produtores rurais da região, com rebanhos dizimados, lavouras reduzidas a zero e baixíssima produção de leite. Segundo o senador, a seca deste ano “aumentou o fosso social” que separa o Nordeste do resto do Brasil. Ele sugeriu a criação de um fundo com recursos para ações específicas de combate aos efeitos da seca.

Casildo: defender aposentados é fazer justiça



Waldemir Barreto/Agência Senado

Em pronunciamento ontem, Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou que garantir os

direitos dos aposentados é uma questão de justiça. Ele apelou aos demais parlamentares para que acelerem a análise e a votação dos projetos relativos ao tema em cumprimento aos “princípios democráticos”.

Casildo citou o projeto de Paulo Paim (PT-RS) que regulariza a desaposentadoria (PLS 91/2010). Também mencionou o PLS 188/2011, de sua autoria, que propõe a devolução dos benefícios adicionais pagos pelo aposentado.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretora de Jornalismo: Virgínia Galvez

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Marco Antônio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Silvío Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Relator apresenta uma reforma negociada para fim da guerra fiscal

Buscando consenso, Delcídio do Amaral propõe ICMS interestadual de 7% para produto industrializado feito no Norte, Nordeste e Centro-Oeste

DEPOIS DE NEGOCIAÇÕES com o governo e secretários de Fazenda, Delcídio do Amaral (PT-MS) apresentou ontem à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) um substitutivo ao projeto de reforma do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), em busca do fim da guerra fiscal. A principal inovação é a alíquota interestadual de 7% para os produtos industrializados nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além do Espírito Santo.

Com o Projeto de Resolução do Senado (PRS) 1/2013, o governo pretendia unificar gradualmente as alíquotas interestaduais em 4% até 2025. O substitutivo de Delcídio propõe um cronograma para reduzir a alíquota de 12% para 4%, um ponto percentual por ano, entre 2014 e 2021.

O texto do governo propunha exceção para produtos da Zona Franca de Manaus e gás natural, que teriam alíquota de 12%. Delcídio manteve essas duas exceções “com aperfeiçoamentos”, como disse. Ele deixa fora da alíquota de 12% o gás originado do Sudeste e



O texto de Delcídio recebeu vista coletiva do presidente da comissão, Lindbergh, para análise aprofundada dos senadores

do Sul, que continuará sujeito a 7%. No caso da Zona Franca, a exceção não se aplica à remessa de mercadorias e bens para áreas de livre comércio.

Para os produtos que saem do Sul e do Sudeste para o Norte, Nordeste, Centro-Oeste e o estado do Espírito Santo, a alíquota de 7% seria reduzida, também em um ponto percentual por ano, a partir de 2014, até chegar a 4% em 2016. Para mercadorias e bens que fizerem o caminho inverso, a alíquota será reduzida dos atuais 12%, em um ponto percentual por ano, a partir de 2014, até chegar a 7% em 2018.

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) alegou que a CAE deveria aguardar votação para análise também nas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Desenvolvimento Regional (CDR). O presidente da CAE, Lindbergh Farias (PT-RJ), negou o pedido, mas deu vista coletiva. O projeto deve voltar à CAE na próxima semana.

Para minimizar as perdas de arrecadação, os estados seriam beneficiados por dois fundos — um de compensação de receitas (FCR) e um de desenvolvimento regional (FDR) — criados pela Medida Provisória 599/2012.

Na Câmara, está parado um projeto de lei complementar (PLP 238/2013) que também busca solução para a guerra fiscal. Por isso, Wellington Dias (PT-PI) apresentou no Senado proposta com teor idêntico. Ontem esse texto foi retirado da pauta da CAE em busca de acordo. Para valerem os incentivos fiscais dados pelos estados sem a aprovação unânime do Conselho de Administração Fazendária (Confaz), o quórum no órgão passaria da unanimidade para três quintos das unidades federadas e um terço dos estados em cada uma das regiões do país.

Pinheiro propõe análise conjunta com MP

Relator da MP 599/2012, que cria os fundos de compensação aos estados e de desenvolvimento regional, Walter Pinheiro (PT-BA) sugeriu que a MP 599/2012 e o PRS 1/2013 sejam analisados em conjunto. Isso, segundo ele, vai assegurar a coerência dos dois instrumentos legislativos.

O senador disse que o projeto relatado por Delcídio é parte de um tripé com soluções para a guerra fiscal. Para ele, a

“segunda parte da solução” é a MP, e a “terceira parte” é o PLP 238/2013, que está parado na Câmara. O importante, segundo Pinheiro, é dar garantia aos estados, durante a transição, para que os investimentos não fiquem prejudicados. Ele disse querer evitar o que acontece hoje com a compensação aos estados exportadores estabelecida pela Lei Kandir, cujos recursos só são viabilizados por emendas parlamentares.

A MP foi comparada por Pinheiro a um “colchão que amortecerá os impactos” causados pela redução das alíquotas interestaduais do ICMS, que reconheceu não serem pequenos.

O senador considerou importante o caminho aberto por Delcídio com a negociação em torno do projeto de resolução e anunciou que pretende seguir o mesmo caminho do entendimento.



Pinheiro considera importante a negociação pretendida por Delcídio

Governo quer tirar estado e município do superávit primário

O Executivo federal quer ser dispensado da obrigação de recompor o superávit primário quando estados e municípios fecharem o ano com déficit. Junto com o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2014, o governo enviou ao Congresso uma proposta que desobriga a União de repor, na conta do superávit, as parcelas de responsabilidade dos estados e municípios.

A partir do ano que vem, ficaria mais fácil para o governo cumprir as metas de superávit primário (receitas menos despesas, sem considerar o pagamento de juros), hoje em 3,1% do PIB.

O governo argumenta que isso não significa que a União deixará, obrigatoriamente, de recompor o superávit quando houver déficit dos estados e municípios, mas isso será uma possibilidade a ser avaliada pelo Executivo.

Apesar de as metas continuarem as mesmas, a mudança permitirá que o superávit primário seja reduzido, pois poderá se restringir às contas federais. (Com informações da Agência Câmara)

Lobão Filho assume Comissão de Orçamento

O senador Lobão Filho (PMDB-MA) foi oficializado como presidente da Comissão Mista de Orçamento. Foram

eleitos para a primeira, a segunda e a terceira vice-presidências o deputado Bruno Araújo (PSDB-PE), o senador Francisco Dornelles (PP-RJ) e o deputado Guilherme Campos (PSD-SP).



Marcos Oliveira / Agência Senado

Ana Amélia defende orçamento impositivo



Ana Amélia (PP-RS) defendeu ontem a adoção do orçamento impositivo, que obriga o governo a executar a lei orçamentária como aprovada pelo

Congresso Nacional.

A senadora acha lamentável que o modelo atual permita que prefeituras fiquem sem o dinheiro prometido para projetos básicos de saúde, educação, saneamento e infraestrutura.

— É o famoso contingenciamento. É um atraso institucional, um desrespeito ao trabalho dos senadores e deputados, que estão aqui para ajudar na liberação real de recursos federais para os municípios — explicou.

Jayme vê conta pública à beira do descontrole



Jayme Campos (DEM-MT) reconheceu que o Brasil experimentou avanços sociais, mas disse que o controle da inflação é um desafio para o governo.

Ele afirmou que as contas públicas estão “à beira do descontrole, com o inchaço da máquina administrativa e os extraordinários aumentos de gastos do governo, somados à sua indistigável artificialidade, quase sempre escamoteada pela maquiagem contábil e pela manipulação dos resultados”.

— A grande verdade é que, desde o início do governo Dilma Rousseff, a inflação nunca esteve abaixo do centro da meta do Banco Central, que é de 4,5%.

Alvaro critica desdém com a inflação



Em pronunciamento ontem, Alvaro Dias (PSDB-PR) manifestou preocupação com o aumento da inflação e o afrouxamento das metas fiscais,

temendo que o cenário econômico submetesse o povo brasileiro a grandes sacrifícios. O parlamentar mencionou dados sobre a elevação dos preços da cesta básica para contestar a declaração da presidente Dilma Rousseff, que afirmou que a inflação está sob controle.

— A inflação é um fato presente. Até o momento, a atitude do governo em relação à inflação tem sido de tolerância e de um insustentável desdém — disse.

Vanessa rejeita elevação dos juros



Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse ontem que a elevação da taxa básica de juros (Selic) não é o único remédio para combater a inflação. A senadora

observou que a maior parte dos veículos de comunicação tem dado como certo um aumento de 0,5 ponto percentual na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, que se encerra hoje. Atualmente a taxa está em 7,25% ao ano.

— Muitos tentam a qualquer preço voltar aos tempos das vacas gordíssimas de uns, mas a sociedade e o governo não devem ceder à pressão de uma lógica que não cabe mais.

Relator destina R\$ 16,2 bi do petróleo para educação

Expectativa é a Câmara votar a MP 592/2012 na próxima quarta. Ontem Zarattini propôs alterar a destinação da participação especial e dos royalties dos contratos de exploração de petróleo atuais

A MEDIDA PROVISÓRIA que destina recursos do petróleo à educação deve ser votada na próxima quarta-feira no Plenário da Câmara. A expectativa do presidente da comissão mista que analisa a MP, Vital do Rêgo (PMDB-PB), é de que a votação no Senado ocorra na semana seguinte. O relator da MP 592/2012, deputado Carlos Zarattini (PT-SP), apresentou parecer que ajusta a proposta à lei que redistribui os recursos de forma mais equânime entre estados e municípios (Lei 12.734/2012).

Zarattini optou por não mexer na distribuição e alterar apenas a destinação da participação especial e dos royalties dos contratos de exploração de petróleo atuais e não só dos contratos futuros, como estabelece a MP. Com isso, 100% da participação especial da União e do Fundo Especial dos Estados e Municípios serão destinados à educação — 16,2 bilhões já neste ano, podendo chegar a R\$ 42,4 bilhões em



Vital do Rêgo e o deputado Zarattini (D) na comissão mista que analisa a MP

2020 — e 100% dos royalties da União vão para ciência e tecnologia — R\$ 3,2 bilhões neste ano, podendo chegar a R\$ 7,1 bilhões em 2020.

O deputado Marcelo Castro (PMDB-PI) acredita que a proposta não será aprovada em Plenário, pois avalia que o maior problema hoje no Brasil é a saúde. Zarattini considera, no entanto, a educação mais estratégica porque, “de forma geral, o maior nível de conhecimento de toda a população ajuda nas práticas da saúde”.

Autor do pedido de vista que adiou a votação, o deputado Anthony Garotinho (PR-RJ) não considera oportuno votar uma matéria cuja constitucionalidade ainda está sob análise do Supremo Tribunal Federal (STF). Zarattini disse, porém, que há prazos regimentais a cumprir para que a MP não perca a validade. Ele afirmou ainda que qualquer decisão do Supremo não altera a MP, que trata só da destinação dos recursos do petróleo.

(Com Agência Câmara)

MP do Pronatec deve ser analisada hoje

Paulo Bauer (PSDB-SC) apresentou relatório favorável, com emendas, à Medida Provisória (MP) 593/2012, que amplia a oferta de bolsas do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Os deputados Afonso Florence (PT-BA) e Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO) pediram vista coletiva para analisar o texto de Bauer e as emendas acolhidas. A votação

do relatório será hoje.

Caso seja aprovada, a MP passará a tramitar como projeto de lei de conversão, devido às mudanças no texto, indo primeiro para a Câmara e depois para o Senado.

— A MP amplia as atividades do Pronatec para permitir que a continuidade do crescimento econômico não seja prejudicada pela escassez de recursos humanos qualificados — explicou Bauer.

A reunião da comissão mista que analisa a MP 593/2012 foi conduzida pelo deputado Izalci (PSDB-DF).

A pedido de Izalci, Bauer incluiu no texto permissão para que o professor leccione por mais de um turno no mesmo estabelecimento de ensino.

A MP 593/2012 amplia a lista de beneficiários e ofertantes de bolsa-formação do Pronatec, passando a incluir instituições privadas de ensino superior. Anteriormente, apenas as redes municipais e estaduais de ensino e os serviços nacionais de aprendizagem podiam oferecer bolsas pelo Pronatec.

A alteração na lei permitirá ao governo repassar recursos às instituições públicas e privadas em valores proporcionais ao número de vagas, e não mais ao número de alunos atendidos.



Paulo Bauer fala na reunião da comissão mista que aprecia a MP do Pronatec

Durval pede universidade federal no sul da Bahia

João Durval (PDT-BA) pediu ontem em Plenário a aprovação do Projeto de Lei da Câmara 12/2013, que cria a Universidade Federal do Sul da Bahia (Ufesba). O senador disse que a instituição de ensino atenderá uma demanda de cerca de 40% dos estudantes que concluem o ensino médio na região, mas não conseguem vagas nas poucas

faculdades disponíveis.

Durval informou que a proposta é que sejam instalados três campi, nas cidades de Itabuna, Porto Seguro e Teixeira de Freitas.

— A futura Universidade do Sul da Bahia representará para o povo trabalhador e generoso do sul da Bahia um instrumento eficiente para vencer seus desafios — argumentou



Durval diz que nova universidade vai oferecer 14 mil vagas em três turnos

Valadares cobra transparência nos gastos com o estádio de Brasília

Um grupo de deputados e senadores visitou ontem o Estádio Mané Garrincha, em Brasília, que está em obras e deverá ser inaugurado em 18 de maio.

O presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), cobrou mais transparência nos gastos da obra:

— Como é que uma obra que começou orçada em R\$ 751 milhões vai terminar em mais de R\$ 1,2 bilhão? Isso tem de ser explicado não somente ao Senado e à Câmara dos Deputados, mas principalmente aos órgãos de fiscalização, como o Tribunal de Contas da União.

De acordo com o secretário extraordinário para a Copa em Brasília, Cláudio Monteiro, houve um aumento nos custos da obra porque a primeira licitação contemplava apenas a estrutura, sem as benfeitorias, como gramado, cadeiras e telões.

A inauguração do Mané Garrincha estava marcada para este domingo, aniversário de Brasília. A entrega

foi adiada para 18 de maio, quando ocorrerá a final do Campeonato Brasileiro de Futebol.

A comissão foi também ao aeroporto de Brasília para conhecer as benfeitorias que estarão prontas até a Copa de 2014 — como 15 novas posições para embarque e desembarque e a duplicação da capacidade do estacionamento.

Subcomissão

A Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 foi instalada ontem como parte da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Sérgio Souza (PMDB-PR) foi eleito presidente. Anibal Diniz (PT-AC) ocupa a vice-presidência. Cícero Lucena (PSDB-PB) é o relator.

A subcomissão aprovou a realização de uma audiência pública que deve contar com a presença do ministro do Esporte, Aldo Rebelo, e do ex-jogador Ronaldo. (Com informações da Rádio Senado)



Senador Antonio Carlos Valadares conversa com deputado Romário no estádio

Comissão aprova homenagem permanente a Santos Dumont

A Comissão de Educação e Cultura (CE) aprovou ontem projeto que obriga aeroportos e bases aéreas a homenagear Alberto Santos Dumont com exibição permanente da imagem dele com a inscrição “Pai da Aviação”. O texto (substitutivo ao PLS 402/2005) segue para votação em Plenário. A proposta foi apresentada pelo senador

licenciado Marcelo Crivella (PRB-RJ) um ano antes das comemorações do centenário do primeiro voo em aparelho mais pesado que o ar, realizado pelo brasileiro em 23 de outubro de 1906. Relatório de Benedito de Lira (PP-AL), lido por Cristovam Buarque (PDT-DF), apoia a valorização do inventor do avião.

Medidas provisórias trancam a pauta de votações do Senado

Foram lidas em Plenário ontem duas medidas provisórias que trancam a pauta do Senado. O Projeto de Lei de Conversão (PLV) 4/2013, proveniente da MP 589/2012, trata do refinanciamento de dívidas de entes federados com a Previdência Social. Já o PLV 5/2013, proveniente da MP 594/2012, amplia em R\$

85 bilhões o limite de financiamento do Programa de Sustentação do Investimento, operado pelo BNDES.

A previsão é votar a MP 589/2012 amanhã, já que perde a validade em 23 de abril. A outra MP tem validade até 16 de maio e aumenta de R\$ 227 bilhões para R\$ 312 bilhões o limite de financiamentos.